

# REVISITANDO VELHOS PERCALÇOS: A ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Marcus Garcia de Sene<sup>1</sup>  
Manoel Crispiniano Alves da Silva<sup>2</sup>  
Silvana Silva de Farias Araújo<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem por objetivo analisar o tratamento da variação linguística em livros didáticos de português do Ensino Fundamental II e suscitar uma reflexão sobre a necessidade do tratamento desse fenômeno nesses materiais. Buscamos verificar, ainda, se o livro didático discute a variação linguística, compreendendo-a como resultado de uma diversidade de fatores socioculturais de uma comunidade linguística e, principalmente, garantindo um olhar cuidadoso acerca das variedades linguísticas em geral. O *corpus* analisado é composto por dois livros de uma coleção aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático no ano de 2014, estas são de autoria de Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin, Vera Marchezi. A pesquisa insere-se no diálogo entre a Sociolinguística e o ensino de língua materna. Para obtenção dos resultados, utilizamos a metodologia pautada na pesquisa descritivo-bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Os resultados apontaram que ambos os volumes apresentam uma preocupação em incorporar os estudos linguísticos à heterogeneidade e diversidade linguística, fundamentados pela sociolinguística. A esse respeito, esclarecemos que o material do 6º Ano está um passo à frente em relação ao material do 9º ano que apresenta uma discussão bem superficial sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação Linguística; Livro didático; Ensino de Língua.

**ABSTRACT:** This study aims to examine the treatment of linguistic variation in Brazilian Portuguese textbooks for Middle School and prompts a reflection on the need to treat concept in these materials. In this sense, it considers whether the textbook discusses the linguistic variation, understanding it as a result of a variety of sociocultural factors of a linguistic community. Our corpus consists of two book from a a collection of Portuguese Language for Middle School, approved by the National Textbook Program in 2014, and prepared by Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin, Vera Marchezi. The research is part of the dialogue between

---

<sup>1</sup>Mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara). Membro do Núcleo de Pesquisa em Sociolinguística de Araraquara (SolAr). E-mail: [unesp.marcus@gmail.com](mailto:unesp.marcus@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduando em Letras Vernáculas, da Universidade Estadual de Feira de Santana. É bolsista FAPESB e integrante do grupo de pesquisa "Variação e mudança do/ no Português Brasileiro". E-mail: [Silvamanuel403@yahoo.com.br](mailto:Silvamanuel403@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana(UEFS). Atualmente, coordena o programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UEFS. E-mail: [silvana.uefs.2014@gmail.com](mailto:silvana.uefs.2014@gmail.com)

Sociolinguistics and mother tongue teaching. The methodology is based on descriptive, bibliographical and documentary research and a qualitative approach. The results showed that both volumes present a concern to incorporate the linguistic studies to the heterogeneity and linguistic diversity, based on sociolinguistics. In this respect, it is clarified that the material of the 6th, in this sense, is a step ahead of the material of the 9th year that presents a very superficial discussion on the subject.

**KEYWORDS:** Linguistics variation; Textbook; Language teaching.

## 1 Entrelaçando os trilhos

“A grande maioria das pessoas acha muito mais confortável e tranquilizador pensar na língua como algo que já terminou de se construir, como uma ponte firme e sólida, por onde a gente pode caminhar sem medo de cair e de se afogar na correnteza vertiginosa que corre lá embaixo. Mas essa ponte não é feita de concreto, é feita de abstrato... O real estado da língua é o das águas de um rio, que nunca param de correr e de se agitar, que sobem e descem conforme o regime das chuvas, sujeitas a se precipitar por cachoeiras, a se estreitar entre as montanhas e a se alargar pelas planícies...” (BAGNO, 2007, p. 36)

A democratização do ensino, em meados dos anos 60 do século XX, trouxe uma alteração significativa no público atendido pelas escolas, deixando de priorizar as camadas elitizadas e abrindo portas para a entrada das classes sociais desprestigiadas. Nesse sentido, a escola tomou a variedade dessas classes sociais como “erro” e “deficiência linguística”, esclarecendo que a escola tem como objetivo enaltecer a norma-padrão<sup>4</sup>, como algo homogêneo e uniforme, propagando, conseqüentemente, o preconceito linguístico e a diferença de prestígio pela linguagem.

Na tentativa de corrigir a variedade desses alunos, os professores buscavam artifícios numa gramática normativa que quase nada tem a dizer sobre as variedades que os alunos carregam consigo. Aliado a isso, tínhamos os livros didáticos que, por sua vez, também eram elitizados e, por isso, “fundamentavam-se numa abordagem eminentemente estruturalista, para qual as línguas apresentavam uma estrutura única e fixa, sem qualquer tratamento das situações reais de fala e/ou comunicação.” (SILVA; CARVALHO, 2013, p. 83).

---

<sup>4</sup> Ressalta-se que norma-padrão aqui, refere-se ao imaginário social de língua certa.

Sendo assim, por muito tempo, o ensino das diversidades linguísticas esteve distante dos livros didáticos. Nesse sentido, embora hoje sua abrangência ainda seja tímida, a Sociolinguística tem uma importante contribuição a oferecer à educação, uma vez que prega a importância do respeito às variedades linguísticas e o ensino das mesmas, contribuindo para construção de um cidadão bilíngue em sua própria língua materna. Callou (2009) ressalta a importância de um ensino que apregoa as particularidades que envolvem os alunos:

Entende-se, desse modo, que a formação do professor de língua portuguesa, em qualquer nível, deva ser radicalmente modificada, passando a fundamentar-se no conhecimento, compreensão e interpretação das diferenças hoje e sempre existentes na escola, a fim de que haja uma mudança de atitude do professor diante das condições socioculturais e linguísticas dos alunos. *Faz-se necessária também uma reformulação dos conteúdos e dos procedimentos de ensino da língua, que tem por objetivo o domínio da chamada norma culta, sem estigmatização, contudo, das variedades linguísticas adquiridas no processo natural de socialização.* (CALLOU, 2009, p. 14, grifo nosso)

Esclarecemos, sobretudo, que não se prega o abandono da norma padrão da língua, pelo contrário, é dever da escola apresentar para o aluno essa variedade de prestígio, pois esse, ao chegar à unidade de ensino, já é falante da sua língua materna e a escola precisa ensinar-lhe a norma que goza de prestígio social para que discentes das camadas desfavorecidas da sociedade consigam ascender-se socialmente. Ao adquirir essa variedade, o aluno irá subir um degrau em relação à ascensão que busca. No topo dessa escada, estará a forma padrão da língua que abrirá portas para acessos em meios sociais que exigem mais formalidade em relação ao padrão da língua.

Para isso, o educador precisa, contudo, respeitar as variedades e considerar a variedade que o aluno traz de casa como uma variedade a ser respeitada, entendida e, com a escolarização, melhorada. O abandono de atitudes preconceituosas é fundamental para que os alunos se sintam mais à vontade em relação à aprendizagem da língua portuguesa. Outro ponto chave para auxiliar nessa compreensão são as tomadas de posições dos livros didáticos. O livro didático é considerado como uma fonte de informação que auxilia professores durante as aulas e alunos na aquisição de informações. A este respeito, o Ministério da Educação esclarece:

é um importante material de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, pois contribui, ao mesmo tempo, para o trabalho do professor e para o estudo do aluno. Embora a prática pedagógica do professor envolva diversas dimensões, como sua pesquisa constante para o aprimoramento de seu trabalho em sala de aula, um livro didático com textos adequados, ilustrações pertinentes e informações atualizadas auxilia no planejamento de ensino. Para que suas possibilidades sejam aproveitadas ao máximo, o livro didático deve estar adequado às necessidades da escola, do aluno e do professor”. (BRASIL, 2008, p. 19)

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo averiguar e discutir como o livro didático trata o fenômeno da variação e mudança linguística, considerando a importância do trabalho com a variação na desmistificação de preconceito e respeito às variedades. É preciso considerar, portanto, que desde o início do século XX, alguns linguistas já veem discutindo qual tratamento recebe tal fenômeno em alguns desses livros didáticos (SOARES, 1996; CECÍLIO, 2002)

Sendo assim, analisaremos uma coleção didática mais recente aprovado pelo MEC – PNLD/2014 (Programa Nacional do Livro Didático). Essa análise nos permitirá apontar se os livros didáticos têm acompanhado os avanços e as contribuições da Sociolinguística para o ensino. O presente artigo está dividido em 06 seções. Na primeira, exploramos brevemente a sociolinguística e seu objeto de estudo. Após, explicitamos o que apregoam, afinal, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa sobre a variação linguística em sala de aula. Na seção quatro, detalhamos a metodologia e o *corpus* e, na sequência, apresentamos a análise dos livros didáticos selecionados. Por fim, tratamos das considerações finais sobre a análise dos livros.

## **2 Sociolinguística e seu objeto de estudo**

A Sociolinguística da forma que a conhecemos hoje surgiu nos Estados Unidos na década de 1960, tendo como representante William Labov, especificamente em 1964, o termo foi reconhecido em um congresso organizado por William Bright na Universidade da Califórnia. (CALVET, 2002).

Esse ramo da Linguística estuda a linguística não em uma perspectiva estruturalista como concebeu Saussure (1969, p.23), ao assegurar que “enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea[...]”, mas para a Sociolinguística essa é heterogênea, como apontou Bagno (2007, p.38): “O objetivo central da Sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social. Língua e sociedade estão indissolivelmente entrelaçadas [...]”.

Para Faraco (2008, p. 33), “[...] Empiricamente, a língua é o próprio conjunto das variedades”. Com isso, pode-se concluir que a heterogeneidade linguística é inerente a língua. E essa variação que lhe é peculiar, decorre de vários fatores: condições socioeconômicas, idade, gênero, escolarização, rede social, etc. Portanto, a língua não pode ser estudada por ela mesma, mas sim levando em consideração a sua comunidade de fala.

É fulcral lembrarmos, portanto, que a heterogeneidade linguística tal como conhecemos hoje, somente adquiriu *status* científico, a partir de pesquisas desenvolvidas por Labov, mais especificamente em 1963, na Ilha de Martha’s Vineyard. Com esses estudos, Labov sistematizou a variação de usos da língua em função da variação social e, sobretudo, define a língua falada como escopo da Sociolinguística.

Estudantes oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade eram (e ainda são) vítimas de um perverso preconceito linguístico por apresentarem em seu repertório linguístico uma variação que é estigmatizada socialmente e a escola que deveria combater, reproduz isso pautada em mitos como “falar errado”, “ensinar falar certo” (...), ao confundir língua com gramática.

O campo teórico da Sociolinguística, desejando desconstruir esses mitos propagados no ambiente escolar, foi ao longo do tempo, incorporando a preocupação com assuntos relacionados ao ensino de Língua, surgindo a Sociolinguística Educacional (BORTONIRICARDO, 2005). Essa corrente, busca analisar vários fenômenos da variação linguística que ocorre no PB, observando suas implicações no processo de ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo em relação ao ensino de LP (doravante LP) no Ensino Fundamental. (GARCIA, 2016). Além disso, visa construir uma pedagogia que respeite a diversidade linguística sem deixar que o aluno aprenda regras que gozam de prestígio socialmente.

### **3 O que apregoam, afinal, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa sobre a variação linguística?**

Considerando-se a necessidade do diálogo permanente entre a ciência linguística e a educação, a Sociolinguística tem contribuído expressamente em alguns aspectos da educação. Sobre este aspecto, Calvet (2002, p. 145) aponta: “o interesse de uma ciência não se mede apenas por seu poder explicativo, mas também por sua utilidade, por sua eficácia social, em outras palavras, por suas possíveis aplicações”.

Nesse sentido, a Sociolinguística tem se mostrado muito profícua no campo da educação, colaborando com temas que vão desde o respeito às variedades linguísticas, quanto repensar a cultura do erro que circunda o ambiente escolar.

É fundamental esclarecer que, embora a Sociolinguística tem apresentado uma gama de contribuições para o ensino, os professores ainda precisam compreender que o ensino de língua deve perpassar os aspectos normativos. Antunes (2006), dessa maneira, esclarece:

[...] a língua não pode ser vista tão simplesmente, como uma questão decerto e errado, ou como um conjunto de palavras que pertencem à determinada classe e que se juntam para formar frases, à volta de um sujeito e de um predicado. A língua é muito mais que isso. É parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, histórica e social. (ANTUNES, 2006, p. 22).

Além disso, dominar a língua é um grande passo que o educando precisa para que ele possa ter uma participação social concreta e plena. Para isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (doravante PCNs) têm um importante papel a oferecer, uma vez que a educação tem se orientado através de documentos como esse, para tentar oferecer subsídios para os professores garantirem um ensino isonômico da língua.

OsPCNs inovam quando, sobre o ensino tradicional da língua, afirma:

não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão da língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio. Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática (BRASIL, 1998, p. 31).

Dessa maneira, um ensino restrito à abordagem da norma-padrão, que se preconiza a apresentação de regras gramaticais e análises de sentenças descontextualizadas, negando a variação linguística, não se mostra efetivo na formação dos sujeitos cidadãos. O que implica dizer que, a variação, como esclarece o PCN, é um elemento constitutivo da língua e que sempre existirá, mesmo que haja forças normativas com objetivos de neutralizá-las. A variação é constitutiva do homem, a língua não existe sem os falantes, conseqüentemente, a variação estará sempre ligada ao uso da língua.

No caso específico da LP, não é diferente, posto que carrega consigo aspectos das suas variedades e o ensino deve orientar-se de modo a abarcar tais variedades e ensinar o respeito a essas variedades. Assim, os PCNs compreendem e trazem a variação como um fenômeno associado a valores sociais (BRASIL, 1998, p. 26).

No documento, fica claro que a variação deve ser respeitada e, com ela, apresentada a importância do trabalho com a competência comunicativa, em que o educando se torne capaz de interagir em diferentes contextos que estiver inserido, sem precisar considerar a sua variedade e do seu seio familiar como erro. Em relação a isso, os PCNs apontam:

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1998, p. 26).

Observa-se que, no que diz respeito à variação linguística, o documento apresenta uma inovação, mesmo que apresentando o tema de maneira superficial, uma vez que o educando deve ser visto como um ser social que necessita interagir nas mais diversas situações e contextos e, para isso, respeitar as variedades da língua e conhecer a noção de adequabilidade é fundamental para garantir uma autonomia em certos contextos comunicativos.

Ao destacarem que a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, já demonstra a preocupação desse documento em perpassar a noção de adequação e combate, sobretudo, a cultura do erro. Outro ponto de destaque que dialoga com a noção de variação, está demonstrado em:

Item 4: -conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico

Item 5: -reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmonas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades (BRASIL, 1998, p.33).

Embora, encontra-se à disposição do docente, grande parte do conteúdo apresentado nos PCNs são, de certa forma, desconhecido ou mal articulado. O que temos observado na escola é a imposição de um monolinguismo, ou seja, a imposição de uma norma padrão, desprezando o multilinguismo existente no Português Brasileiro (PB). Essa situação pode ser observada no tratamento que as variações linguísticas recebem nos livros didáticos aprovados anteriormente pelo PNLD. Dessa maneira, anterior a isso, Bagno (2007) já esclarecia que:

Um dos principais problemas encontrados nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais 'correto', mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007, p. 15).

A partir disso, é preciso certificar-se que os PCNs (1988) já orientam uma mudança de atitude e cuidado para não se reproduzir, no espaço escolar, a discriminação linguística. Já reconhecem, portanto, a variação linguística do PB o que precisa verificar é a articulação desse documento com a prática docente e o que se vem produzindo de mais recente em livros didáticos.

#### **4 Pilotando a pesquisa: aspectos metodológicos**

O livro didático é uma importante ferramenta para regente de qualquer disciplina, sendo instrumento decisivo sobre o que e como ensinar em sala de aula. Dessa maneira, compreende-se que o livro exerce influência na forma como o professor conduz a sua aula e, também, como os alunos aprenderam tais conteúdos.

Considerando sua importância no processo pedagógico, buscamos analisar, para atingir o objetivo desta pesquisa, dois livros didáticos aprovados pelo PNLD/2014. Neles, buscaremos verificar o tratamento da variação linguística. Assim, esta pesquisa é de cunho exclusivamente descritivo-bibliográfico e documental com abordagem qualitativa. A escolha por esse objeto de análise é fundamental para enriquecer trabalhos da área já realizados e, também, por verificar que “apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, as implicações decorrentes da correlação entre heterogeneidade linguística e ensino de Língua Portuguesa estão ainda longe de se esgotar” (COAN E FREITAG, 2010, p. 1).

Em outras palavras, embora as pesquisas sociolinguísticas têm avançado muito nos últimos anos, nem sempre se verifica, nos livros didáticos e nas práticas docentes, uma pedagogia culturalmente sensível que priorize o ensino da variação linguística e o respeito a diversidade. Para tanto, conjectura-se analisar dois, sendo o primeiro do 6º ano e o segundo do 9º ano, ambos do Projeto Teláris – Português, produzidos por Ana TrinconiBorgatto, Terezinha Bertin, Vera Marchezi e aprovados e indicados pelo PLND, conforme apontado acima.

A análise desse material será guiada, quase que exclusivamente, por duas perguntas fundamentais: (i) Qual o tratamento da variação linguística no livro? e(ii) O livro configura-se como um documento e/ou material que segue ou adéqua as inovações linguísticas, não só dos PCNs como também pesquisas sociolinguísticas? Aliado a essas questões, aspectos como a concepção de língua veiculada e a adequação do conteúdo prestado também serão observados.

## 5 O livro didático de português e o tratamento da variação linguística

*Livro 1: Projeto Teláris – Português, v. 1, 6º ano- (BORGATTO, BERTIN, MARCHEZI, 2014)– PNLD 2014-2016*

Ao examinarmos o livro Projeto Teláris – Português volume 1, destinado ao público do 6º ano, constatamos que de 08 capítulos, apenas o capítulo 1 traz uma pequena seção denominada “Língua: usos e reflexão” que faz referência direta com a variação linguística. Antes de adentrarmos mais detalhadamente ao que propõe a seção, é preciso observar que a variação linguística ainda não recebe a atenção merecida, uma vez que, nesta coleção, está inserida dentro do Capítulo 1 que tem como título “Causo”/Conto. O que nos permite indagar se a variação linguística não merecia um capítulo exclusivo que articulasse outros conteúdos e permitisse um entendimento detalhado e sensível da variação?

Na sequência, quando observamos mais detalhadamente a seção “Língua: usos e reflexão”, deparamo-nos com o seguinte trecho:

### Imagem 1: Livro – Projeto Teláris – Português, 6º

#### ●● Língua: usos e reflexão

##### Variedades linguísticas

###### Linguagem formal e informal

O Brasil é um país enorme. Se você pudesse percorrer todo esse imenso território, teria a oportunidade de ouvir e conversar com pessoas que utilizam a língua de diferentes modos: nomes diferentes para uma mesma coisa; formas diversas de pronunciar, falar e até escrever palavras e frases; expressões variadas de um lugar para outro; etc. Os diferentes usos que se fazem da língua portuguesa são chamados de **variedades linguísticas**. Essas variedades ocorrem pela influência de diferentes fatores. Veja alguns:

- A **situação comunicativa**, que envolve:
  - a **circunstância** em que o usuário da língua se encontra;
  - o **interlocutor**: pessoa a quem o usuário se dirige, falando ou escrevendo;
  - a **intenção**: fazer rir, emocionar, convencer, brincar, informar;
- A **região**, o espaço geográfico a que o usuário da língua pertence;
- O **grupo social** das pessoas que utilizam a língua: idade, profissão, escolarização, etc.

Fonte: (BORGATTO, BERTIN, MARCHEZI, 2012, p. 30)

Verifica-se que, embora não haja uma discussão acerca da noção de língua e linguagem utilizada, as autoras optam por apresentar o fenômeno da variação introduzindo questões referentes à adequação linguística, forma e informal. No primeiro fragmento,

observamos que as autoras do livro esclarecem que existem outras variedades no território brasileiro, devido a sua extensão territorial e, ainda, por influência da (i) situação comunicativa, (ii) circunstância em que o usuário da língua se encontra, (iii) o interlocutor: pessoa a quem o usuário se dirige, falando ou escrevendo, (iv) a intenção, (v) a região e (vi) o grupo social das pessoas que utilizam a língua, à saber: idade, profissão, escolaridade e etc.

Com a exploração desse texto, fica claro que o livro reconhece a heterogeneidade linguística e, mais do que isso, esse viés sociolinguístico destacado no trecho acima por meio do argumento de que no Brasil se falam muitas variedades é importante, contudo o ponto fraco está na não referência a outras línguas faladas no Brasil. Salientamos a importância dessa referência, já que por ser o primeiro volume da coleção, é fundamental esclarecer que no território brasileiro contamos com uma gama de línguas indígenas e, pelo fato de que, em sala de aula heterogênea como as do Brasil e o avançar das políticas públicas de inclusão indígena, o português pode não ser a única língua materna.

Na sequência, as autoras exploram os aspectos que influenciam os diferentes falares, a começar pela situação comunicativa. Neste espaço, observamos dois textos (A e B) o primeiro falado pelo representante discente da turma e o segundo escrito pela direção do colégio, ambos com a mesma informação, mas observando situações comunicativas diferentes.

**Figura 2:** Situação comunicativa – Texto A e B

Texto A	Texto B
(Representante da classe falando aos colegas)	(Direção da escola dirigindo-se por escrito aos alunos)
<p>Ixe, galera, acho que a gente exagerou um pouco ontem e parece que a barra vai pesar. A diretora disse que cês tavam perturbando e vai conversar com a gente. A reunião é amanhã, às oito. Se preparem!</p>	<p>Alunos do 6º B. Recebemos reclamações de outras salas ontem. Vocês estavam perturbando as salas vizinhas pelo excesso de barulho. Haverá uma reunião amanhã, às 8h, na sala, para tratarmos desse assunto. Direção.</p>

**Fonte:** (BORGATTO, BERTIN, MARCHEZI, 2012, p. 30)

Após esse exemplo, os alunos são convidados, por meio de exercícios, a explorarem as diferenças observadas entre os dois textos e, ainda, a preencher um quadro com as alternativas que melhor caracterizam cada texto, dentre as alternativas estão afirmações como (a) linguagem mais empregada em situações cotidianas, (b) linguagem própria de

grupo mais jovem, (c) linguagem empregada em situações menos descontraídas, (d) emprego de gíria e expressões que são próprias da língua falada.

Nessa parte, fica clara a intenção das autoras em debater aspectos de formalidade, mesmo que de forma breve. Os exercícios, na sequência, estão bem articulados, de modo que convidam os alunos a discutir sobre as diferenças de linguagem empregada nos dois textos. Nota-se, portanto, que ao apresentarem a questão da situação comunicativa, abrem espaço para os educandos refletirem sobre os contextos apresentados e possibilita depreender melhores maneiras para adequação sua linguagem a situações comunicativas diferentes.

Porém, ao escolherem um texto falado (A) e um texto escrito (B), acabam por deixar de abarcar que há, também na escrita, diferentes níveis de formalidade. A maneira com a qual você deixaria um bilhete ou e-mail para seu amigo é completamente diferente da maneira se estivesse endereçada ao diretor da escola e ambas e tratam-se de textos escritos. Algumas coisas, quando apresentadas de maneira muito genérica, podem prejudicar a compreensão da proposta como um todo, o que nos permite retornar à indagação inicial: se a variação linguística não merecia, de fato, uma seção inteira articulada com outras propostas e não o contrário.

Antes de encerrarem a subseção “Situação comunicativa”, as autoras fazem um apanhado dando mais especificações do que seria a linguagem formal e informal, esclarecendo que a primeira é mais empregada em textos científicos, livros e jornais e, ainda, esclarece que a linguagem formal é uma das variedades da nossa língua e apregoam que “ela foi eleita como língua oficial ou variedade-padrão por razões históricas e sociais” (BORGATTO, BERTIN, MARCHEZI, 2014, p. 30).

Observando a afirmação acima, nota-se uma conduta pertinente quando não insiste em relação ao emprego de nenhum ideal de norma, pelo contrário que esclarece que a linguagem formal é uma das variedades da nossa língua. No entanto, elas apontam uma confusão terminológica quando destacam que se tratar de uma variedade padrão ou língua oficial, o que temos, na verdade, é a linguagem formal relacionada com as variedades prestigiadas.

A esse respeito, é necessário lembrarmos o que Faraco (2004) apregoa em relação ao ensino de língua portuguesa:

“[...] cabe ao ensino ampliar a mobilidade sociolinguística do falante (garantir-lhe um trânsito amplo e autônomo pela heterogeneidade linguística em que vive) e não concentrar-se apenas no estudo de um objeto autônomo e despregado das práticas sócio verbais (o estrutural em si). (FARACO, 2004, p.2)

Assim, não podemos deixar de apontar que o livro didático amplia, conforme coloca Faraco (2004), a mobilidade sociolinguística do aluno quando não apresenta a imposição de nenhuma norma, pelo contrário justifica que a linguagem formal é importante para acessão social de quem a aprende e, ainda, que a língua pode ser empregada de diferentes maneiras a depender da intenção de quem usa.

Ainda sobre os aspectos citados pelas autoras sobre o que influenciam os diferentes falares, temos uma subseção que trata sobre a “Região”. Apenas duas páginas compõem tal seção, o que nos preocupou, já que discutir variedades regionais pressupõe um cuidado bem particular para evitar a criação de estereótipos ou até mesmo enaltecer alguns já preexistentes. De maneira bem breve, as autoras afirmam que falares diferentes podem ser reconhecidos em diferentes regiões do país.

Para ilustrar, as autoras apresentam a música de Cuitelinho que retrata um pouco da variedade linguística de Minas Gerais. Na sequência, os alunos já são convidados a refletirem sobre a canção por meio de algumas atividades. A primeira questão exige que os alunos releiam a música e façam as alterações para tornar a linguagem mais próxima da linguagem formal. Adiante, exigem que eles reflitam sobre o que foi produzido e pense no efeito produzido. A problemática por traz da solicitação da reescrita está no fato de que esse tipo de atividade “parece ser a mais solicitada quando o assunto é variação linguística ou apenas quando o texto traz ocorrências de variação” (DIONÍSIO, 2005, p. 82).

Ainda que essa atividade seja sempre criticada quando analisada nos livros didáticos, essa apresenta um diferencial quando exprime a necessidade do aluno refletir sobre o que ocorreu, quando ele fez a mudança, e qual o efeito produzido. Atividades como essa só são bem-vindas quando acompanhada de uma reflexão sistematizada, ao contrário o exercício de retextualizar não assegura a incorporação das normas da língua. Em caso de

uma orientação pouco consciente do professor, pode fazer com que o educando crie preconceitos contra sua própria variedade e acaba sentindo-se inferiorizado.

Outra atividade interessante é apresentada pelas autoras na questão de número 5, a saber:

**Figura 3: Região – Exercício 5**

5. Na letra de “Cuitelinho”, em vez de *beira* apareceu *bera*. O desaparecimento do *i* na pronúncia do grupo *ei* é muito comum não apenas na região onde a música foi encontrada, mas também em nosso falar cotidiano.
- Fale cinco palavras que têm o grupo de vogais *ei* e que você pronuncia como se tivessem apenas o /e/.

**Fonte:** (BORGATTO, BERTIN, MARCHEZI, 2012, p. 30)

Como podemos observar, os alunos são convidados a apresentarem outras palavras em que ocorrem o processo de monotongação de /ei/ para /e/ (como em *bera* ao invés de *beira*) e reconhecem que o apagamento desse grupo vocálico é encontrado, além da música, no falar cotidiano, o que indica que as autoras reconhecem que o fenômeno da monotongação é generalizado no português do Brasil e pode ocorrer com qualquer falante, independente de fatores sociais, regionais ou históricos. Nessa fase escolar, é muito comum os alunos também apresentarem, em seus textos escritos, influência de hábitos da fala para escrita, o que esclarece a importância desse exercício para retomar discussões que envolvam a influência dos hábitos da fala para a escrita, uma vez que “ao escrever tais palavras, o aluno, dominador da modalidade oral, relacionou seus conhecimentos inconscientes de fonético e fonologia, aos seus conhecimentos gráficos e ortográficos” (GARCIA, 2016, p. 12).

As autoras, adiante, trazem a subseção “Grupo social: idade, profissão, nível de escolaridade”. Nessa, nenhum texto introdutório é apresentado, as autoras apenas apresentam uma charge. Os exercícios já são apresentados na sequência, convidando o aluno a pensar sobre o que acabará de ler e, com isso, tentar verificar a diferença de tratamento entre os personagens. Na primeira questão, os discentes são levados a refletir se fosse uma pessoa mais idosa, talvez as falas fossem diferentes e o porquê disso. A atividade

deixa a desejar quando não convida o aluno a discutir sobre o tópico de maneira mais detalhada, já que a discussão sobre a influência desses grupos sociais perpassa os conhecimentos expressos na charge.

Um ponto bastante positivo e que deve ser explicitado em relação a esta obra, refere-se ao fato de não identificarmos as palavras “certo” e “errado” para descrever a variedade padrão e a não padrão, nem mesmo observamos a exposição da variação como estereótipo de algum grupo regional. Nesse sentido, embora os autores não tragam concepções mais coerentes com a sociolinguística do tipo “adequado” e “inadequado”, podemos constatar que, em algumas obras didáticas, há uma “arejada aceitação dos postulados da sociolinguística e das teorias sobre práticas do discurso, que se refletem na substituição dos qualificadores tradicionais por outros menos coercitivos” (SILVA, 2005, p. 81).

A presente obra tem muito que aprimorar para que o tratamento da sociolinguística seja feito de maneira efetiva e articulada a outros pontos pertinentes do conteúdo a ser lecionado no 6º ano. Ainda, é importante que a escola e os professores, além de reconhecer as variedades linguísticas existentes, desenvolvam uma prática pedagogicamente sensível que propicie que um mesmo indivíduo se aproprie de diferentes usos da língua, a depender da situação, de quem é seu interlocutor e de suas intenções.

*Livro 2: Projeto Teláris – Português, v. 4, 9º ano- BORGATTO, BERTIN, MARCHEZI, 2014 – PNL 2014-2016*

A escolha do livro, do 9º ano, da mesma coleção, foi feita com a finalidade de analisar se o livro mantém uma coerência em relação aos capítulos dedicados ao tratamento da variação e aqueles que tratam de fenômenos gramaticais peculiares do PB que não estão de acordo com a prescrição gramatical são usadas expressões conservadoras como “isso é certo”, “errado falar assim”, “erro frequente”...

Ao analisar os oito capítulos do respectivo livro, constata-se que há uma seção antes do término do livro, intitulada “Unidade suplementar”, com o subtítulo “Competência Comunicativa”. Nota-se nesse capítulo, um ponto positivo quando este aponta, mesmo que

brevemente, a variação morfossintática, segundo Bagno (2007, p. 33), “é muito frequente nos materiais didáticos, a abordagem da variação linguística se restringir a fenômenos que poderíamos chamar de superficiais: o sotaque e o léxico”.

Na abertura da unidade suplementar, é discutido o conceito de *Estrangeirismo* e *Neologismo*. É dada a definição de estrangeirismo a partir de vocábulos em inglês usados frequentemente pelos discentes. Logo após, é apresentado o conceito de Neologismo, levando o aluno a entender a heterogeneidade inerente à língua, através de exemplos de vocábulos utilizados cotidianamente como “panelaço”, “gatíssimo”, mesmo não estando registradas pelos dicionários, ela faz parte da língua falada. Finaliza a seção com a discussão em torno dos temas discutidos, trazendo a visão dos puristas, não como únicas e inquestionáveis, mas tendo a língua como algo essencialmente heterogênea.

Nesse capítulo é trabalhado a regência de alguns verbos. Para falar sobre os casos de regência, coloca-se um cartaz em que o verbo *assistir* está no sentido de *ver*, logo, segundo a Gramática Tradicional, deveria ser regido pela preposição “a”, mas é empregada sem, pois tal construção não faz parte do PB. Em seguida, leva o aluno a refletir sobre o caso, afirmando ser tal regência um desvio da norma-padrão e questiona-os se foi um erro de revisão ou intencional. E solicita que os alunos justifiquem. Essa atividade faz o aluno pensar sobre a língua que ele fala e ouve no meio social o qual está inserido, pois não há uma condenação, dessa forma leva o discente a refletir: Será que o redator, falante competente da sua língua materna, errou porque não conhecia a norma tradicional, ou porque tal construção não faz parte da língua materna dele?

Em seguida, é montado um quadro com o título “Regências possíveis”, mas é colocado apenas as regências recomendadas pela GT. Um ponto extremamente positivo da obra é a não utilização dos termos “forma correta”, “erro frequente”, mas esse quadro deixa subentendido que as regências não colocadas no quadro não são possíveis de serem realizadas, sendo justamente aquelas que são categóricas no PB.

Tratando-se da colocação dos clíticos, as colocações pronominais peculiares do Brasil, a exemplo, clítico em início de período, não é condenado, segundo as autoras é uma questão de preferência no PB em relação ao Português Europeu. Este é essencialmente enclítico e aquele é proclítico. Não há nenhuma menção - como é muito comum - nos

materiais didáticos influenciados pela tradição gramatical a condenar em locuções verbais próclise ao verbo principal, sendo essa preferida entre os brasileiros, inclusive os falantes cultos.

Como afirma Bagno (2007), é muito frequente os materiais didáticos tratarem de variação apenas no nível fonético-fonológico, mas como pode ser analisado, o livro aborda a variação morfossintática, mencionando o que prescreve as gramáticas normativas sem deixa de lado os estudos linguísticos, levando o aluno a aprender a norma de prestígio sem negar a variedade apresentada pelo educando na sala de aula, fazendo-o através das atividades propostas uma reflexão sobre adequação, de forma sutil desconstruindo a concepção equivocada de erro na língua.

## **6 Considerações finais**

O presente artigo teve como objetivo primordial investigar uma coleção de livros didáticos aprovados pelo PNLD/2014, avaliando como se dá o tratamento da variação linguística nesses materiais que desempenham um papel importante no ensino-aprendizagem de língua. É preciso lembrar, inicialmente, que as pesquisas realizadas na Sociolinguística Variacionista, referente à descrição e análise linguística, muito têm contribuído para o desenvolvimento de política educacionais, políticas linguísticas e para formação de professores, estas acabam se refletindo na elaboração dos materiais didáticos.

Foi analisado dois livros de séries diferentes, da mesma coletânea: 6º e 9º ano do ensino fundamental II. Constatamos que o do 6º ano, ainda que não apresente uma abordagem do que se considera ideal de ensino de língua no viés sociolinguístico, apresenta uma preocupação em integrar os estudos linguísticos à realidade educacional brasileira. Destacamos, ainda, outro ponto positivo, uma vez que esse fenômeno não é colocado como sinônimo do falar caipira, estereotipando o ensino de variação linguística. Ademais, as autoras buscam, por meio de atividades diversas, ampliar a competência comunicativa dos educandos quando opta por apresentar textos formais e informais. Vale lembrar que a quantidade de conteúdo destinado à abordagem dos fenômenos de variação é muito precária e pouco exploratória.

Enquanto isso, na coleção do 9º ano, buscamos analisar se há uma coerência entre o capítulo específico da variação e aqueles que abordam a questão dos fenômenos morfossintáticos peculiares do PB que não estão em consonância com a tradição gramatical, tratando-os como “erro frequente”, “Não se deve usar”, mas o livro mostrou-se satisfatório nesse aspecto. Permeia todo o livro a noção de competência comunicativa, pois é considerado o conceito de adequação da linguagem à situação comunicativa, tal como recomendam os PCNs.

Dessa maneira, sumariza-se a necessidade da ampliação do tema da variação linguística nos dois livros analisados, com base em atividades que versem sobre a ordem sintática, morfológica, fonológica e lexical em textos escritos e orais com questões de identificação, análise e reelaboração de textos que oportunizem o ensino/aprendizagem de fenômenos linguísticos e não fique somente na reflexão sobre o processo interativo da linguagem. Lembramos, também, que o professor é peça fundamental nesse processo, de modo que desempenha um papel relevante no contexto escolar e, principalmente, no ensino da língua.

## Referências

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. MEC (Org.). **Guia do Livro Didático PNLD 2008:** Português. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/arq-livro-didatico/4563-guiapnld2008portugues/download>>. Acesso em: 05 de fev. 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?:** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORGATO, Ana. Trinconi; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera. L. C. Português - 6º ano. Projeto Teláris. São Paulo: Ática, 2012.

\_\_\_\_\_. Português - 9º ano. Projeto Teláris. São Paulo: Ática, 2012.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de Gramática:** descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2009.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística, uma introdução crítica.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CECÍLIO, Sandra Regina. **A variação linguística sob o enfoque do livro didático.** Entretextos, Londrina, v. 3, p. 391-408, jan./dez. 2002.

COAN, Márluce; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Sociolinguística variacionista:** pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. Domínios de Lingu@Gem, v. 4, p. 173-194, 2010.

DIONÍSIO, Angela Paiva. Variedades linguísticas: avanços e entraves. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). **O livro didático de Português:** múltiplos olhares. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 75-88.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

GARCIA, Marcus Sene. Alçamento das vogais pretônicas /e/ e /o/: evidências da modalidade oral no texto escrito. **Intertexto** (Uberaba), v. 9, p. 1-16, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Trad. De Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/USP, 1969.

SILVA, Franciele Marques; CARVALHO, Marilda Alves Adão. A variação linguística em livros didáticos de Língua Portuguesa. **Sociodialeto** (Online), v. 3, p. 86-106, 2013.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2005

SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**, v.2, n.12, p.53- 63.1996.